

**COMUNIDADE(S)
CABO-VERDIANA(S):
AS MÚLTIPLAS FACES
DA IMIGRAÇÃO
CABO-VERDIANA**

**ORGANIZADO POR
PEDRO GÓIS**

ÍNDICE GERAL

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração
cabo-verdiana / org. Pedro Góis. – (Comunidades ; 2)

ISBN 978-989-8000-71-2

I – GÓIS, Pedro

CDU 316
314

Promotor

Observatório da Imigração
www.oi.acidi.gov.pt

Coordenador do OI

Prof. Roberto Carneiro

Organização

Pedro Góis

Autores

Pedro Góis, Luís Batalha, Paulo Mendes, Catarina Reis Oliveira, José Carlos Marques, Rui Cidra,
César Augusto Monteiro, Marzia Grassi, Carlos Elias Barbosa, Max Ruben Ramos, Lígia Évora Ferreira,
Kátia Cardoso, Cláudia de Freitas, Rocío Moldes Farelo, Lisa Åkesson

Edição

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)

R. Álvaro Coutinho, 14 – 1150-025 LISBOA

Telefone: (00351) 21 810 61 00 • Fax: (00351) 21 810 61 17 • E-mail: acidi@acidi.gov.pt

Execução Gráfica

Editorial do Ministério da Educação

Primeira Edição

1500 Exemplares

ISBN

978-989-8000-71-2

Depósito Legal

287 075/08

Lisboa, Dezembro 2008

Prefácio	
<i>Roberto Carneiro</i>	7
Introdução	
Entre <i>Janus</i> e <i>Hydra de Lerna</i> : As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal	
<i>Pedro Góis</i>	9
I. Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade	
<i>Luís Batalha</i>	25
II. A comunidade cabo-verdiana nos Açores	
<i>Paulo Mendes</i>	37
III. Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: O caso dos empresários de origem Cabo-Verdiana	
<i>Catarina Reis Oliveira</i>	67
IV. Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal	
<i>Pedro Góis e José Carlos Marques</i>	87
V. Produzindo a música de Cabo Verde na diáspora: redes transnacionais, <i>world music</i> e múltiplas formações crioulas	
<i>Rui Cidra</i>	105
VI. Algumas dimensões da expressão musical cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa	
<i>César Augusto Monteiro</i>	127
VII. O direito ao sucesso: jovens cabo-verdianos no contexto educativo português	
<i>Lígia Évora Ferreira</i>	137
VIII. Identidades plurais na Europa Contemporânea: auto-percepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal	
Marzia Grassi	155
IX. Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal	
<i>Carlos Elias Barbosa e Max Ruben Ramos</i>	173
X. A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa cabo-verdiana	
<i>Kátia Cardoso</i>	193
XI. Do silêncio à participação: cabo-verdianos e saúde mental na Holanda	
<i>Cláudia de Freitas</i>	207
XII. The Cape Verdean community in León, Spain: the shift of economic immigrants from the industrial sector to the services sector	
<i>Rocío Moldes Farelo</i>	229
XIII. “They are ungrateful!” Cape Verdean notions of transnational obligations	
<i>Lisa Åkesson</i>	247

VIII

IDENTIDADES PLURAIS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA:
AUTO-PERCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES NOS JOVENS DE ORIGEM AFRICANA EM PORTUGAL

MARZIA GRASSI

*ICS – Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa***1. Introdução**

No espaço comunitário europeu, de complexos identitários múltiplos e plurais, local onde existe hoje uma mobilidade incomparável, os imigrantes oriundos de antigas colónias africanas de países europeus, experimentam e manifestam formas de gestão de múltiplas identidades, carregadas de significados inscritos na história das relações entre os países de origem e os países de residência. O presente texto explora a auto-atribuição identitária de um grupo destes sujeitos em movimento, ao mesmo tempo e segundo as circunstâncias, “imigrantes”, “africanos” e “europeus”. Trata-se de uma questão relevante para a análise da sociedade portuguesa contemporânea que, como outros países europeus, a partir da década de 90 do século passado, veio recebendo um aumento e diversificação do fluxo de imigrantes que fazem, hoje em dia, parte incontornável do seu tecido social. Assim, se por um lado, o desenvolvimento de uma cidadania e identidade europeia é visto como essencial para assegurar a paz e a estabilidade entre os estados europeus e aprofundar o sentimento de identificação e tolerância entre os seus cidadãos (Kofman, 1995; Castells, 2000), também se reconhece que conceitos como cidadania e identidade definem os limites entre os que são incluídos e os que são excluídos, ao atribuir certas prerrogativas aos nacionais de países membros e negá-las aos seus residentes de origem não europeia (Kofman, 1995; Licata e Klein, 2002).

Este texto insere-se no âmbito do projecto “Capital Social e Jovens descendentes dos PALOP em Portugal”, em curso no ICS sob a minha coordenação. O texto analisa, de forma comparativa, a auto percepção identitária de um grupo de jovens de origem africana em Portugal, tendo em conta que, se por um lado, a identidade se situa num contexto histórico, cultural, social e local, familiar, individual e geracional, por outro, o processo migratório reveste o imigrante e os seus descendentes de identidades e experiências múltiplas e eventualmente contraditórias. Este é um processo heterogéneo cujas referências e motivações adquirem significados diferentes em cada grupo (De França, 1992; Gardner 1995). A análise que se segue é estruturada a partir das respostas a um questionário aplicado a 400 jovens de origem africana, que vivem em Portugal (200 deles de origem angolana e os outros 200 de origem cabo-verdiana).

O recurso à comparação entre grupos com um passado em comum, enquanto colónias portuguesas, uma história mais recente politicamente distinta e características culturais também

diversas, é considerado um instrumento metodológico vantajoso para o aprofundar da questão identitária nos “imigrantes” de origem cabo-verdiana em Portugal, já explorada no contexto de outros projectos, e a discussão do multiculturalismo no Portugal contemporâneo.

Após uma discussão do conceito de identidade étnica e nacional e da importância da sua análise enquanto potencial lugar de eclosão de conflitos em contextos migratórios, apresentam-se em seguida as auto identificações dos jovens inquiridos a partir das respostas ao questionário relacionadas com os factores de identificação cultural, que definem a comunidade de pertença, com a auto-percepção que os jovens têm de si como imigrantes, europeus e africanos, com os lugares de maior identificação e pertença dos jovens inquiridos que varia entre espaços micro, como o bairro, meso, como as associações e macro, a Europa e o mundo inteiro. Conclui-se que deve ser dado devido realce às limitações da categoria de análise “imigrante” no estudo do multiculturalismo das sociedades europeias contemporâneas, uma vez que os grupos considerados neste estudo não são homogêneos, quanto à maneira de construir e negociar a própria identidade de sujeitos em movimento entre países diferentes. Por outro lado, a imigração é sem dúvida, além de social, um fenómeno político, e a integração dos indivíduos oriundos dos países africanos contemplados por este estudo passa pelo reconhecimento pleno dos seus direitos como cidadãos residentes na Europa contemporânea.

2. Identidades múltiplas e conflitos

A identidade é um conceito complexo, utilizado por todas as Ciências Sociais, e que se define de acordo com as circunstâncias. Para lá da sua raiz essencialista e ontológica, que a define apontando a “essência do ser”, o conceito, hoje em dia, é usado para indicar situações de continuidade de um indivíduo ou de um grupo, um e outro considerados como parte do contexto social. É assim que a identidade pessoal se constitui como objecto da ciência social, nomeadamente da Sociologia. Giddens situa o conceito na modernidade que celebra os valores do individualismo, ao mesmo tempo que enfraquece as identidades de grupo. A identidade é um processo, uma noção que é adaptada, durante o percurso de vida, aos contextos, tornando possível a inserção em grupos sociais diferenciados (De França, 1992; Gardner, 1995). O carácter processual das identidades faz com que estejam sempre em mutação, embora as mudanças não cheguem a retirar importância a grupos como a família, o grupo profissional, etário ou outros que, por si, se adaptam, ainda que com rupturas, à lógica do individualismo. Esta, no mundo global em que vivemos, torna-se fundamental para a inserção no mundo do trabalho, cada vez mais competitivo. Ao mesmo tempo, a sociedade globalizada contemporânea e o multiculturalismo que a acompanha, abrem caminho à afirmação de novas identidades partilhadas de âmbito mais vasto, como é o caso das identidades nacionais. Estas convivem ao lado de outras, cujos referenciais devem ser encontrados noutros critérios que levem em consideração o movimento e o encontro das culturas, típicos do mundo actual de acordo com o *genius loci*. As trajetórias dos indivíduos não são, contudo, completamente imprevisíveis e remissíveis a um discurso narrativo *a posteriori*, como sugerem as abordagens pós-modernas da identidade. A importância do nível micro, na análise dos fenómenos sociais (histórias de vida, biografias, etc.),

torna-se um instrumento para melhor compreender a dimensão macro que o estudo da sociedade implica. Uma teoria da identidade, qualquer que seja o âmbito das Ciências Sociais ao qual ela se possa aplicar, terá de ser uma teoria que tenha em conta a sua dinâmica. Com base nesta visão, no presente texto, entender-se-á por identidade:

“o processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras formas de significado”

(Castells, 2003: 3).

A escolha desta definição prende-se com a sua operacionalidade na investigação sobre o funcionamento das redes sociais, em contextos migratórios de residência. Este autor admite que, quer os indivíduos, quer os actores colectivos, podem ser portadores de identidades múltiplas, podendo esta pluralidade originar tensões e contradições, quer na auto representação, quer na própria acção social. Nem sempre as identidades interiorizadas pelos actores sociais e que organizam os significados correspondem aos papéis sociais que organizam as funções do indivíduo na sociedade. O mesmo autor admite que, numa sociedade “em rede”, o significado acaba por se organizar à volta de uma identidade primária estruturante de todas as outras e auto sustentável ao longo do tempo e do espaço (2003: 4). Por outro lado, sendo a sociedade em rede, num contexto migratório, um produto da separação sistémica entre espaços e tempo, entre poder e experiência, o planeamento da vida torna-se difícil por parte dos indivíduos, e a construção da convivência com base na confiança pode obrigar a redefinir uma identidade fora das lógicas de formação da rede das instituições e organizações dominantes (2003: 9). O absentismo dos imigrantes do grupo inquirido em relação ao associativismo voluntário e ao trabalho comum, que emerge de dados produzidos e analisados recentemente (Grassi e Melo, 2007), sugeriu a necessidade de aprofundar a análise do processo de construção identitária dos jovens de origem africana em Lisboa, como forma de esclarecer a dinâmica do processo de integração na sociedade.

A emigração traz sempre consigo grandes implicações identitárias que surgem pelo encontro de culturas diferentes entre os países de origem e os países de chegada, susceptíveis de engendrar conflitos que, de acordo com os contextos, assumem formas diferentes.

A diversidade cultural que existe nas cidades da Europa contemporânea representa um grande potencial de conhecimento a aproveitar sob todos os aspectos, que, na prática e ao mesmo tempo, esbarra contra preconceitos e conceitos pobremente definidos que fazem parte do imaginário de desenvolvimento que as sociedades de chegada teriam assegurado, em termos comparativos, com os diferentes países de origem dos imigrados. Sendo que o desenvolvimento, neste contexto, e a maioria das vezes, percebido como o mero acesso aos recursos materiais. É esta visão que torna possível a atribuição de responsabilidades aos imigrantes, que se verifica comumente, quando se querem explicar os problemas que afectam os países de chegada, tais como a falta ou insuficiência de emprego, habitação, serviços públicos, etc. Todos estes aspectos contribuem para a frustração expressa em ideias xenófobas nas quais, por exemplo, a discussão sobre o emprego rapidamente assume conotações raciais, assumindo-se que a cor da pele, ou outras características, seriam capazes de fornecer explicações subjacentes às tendências económicas, não tendo em conta que as mesmas se encontram muito melhor explicadas nos

manuais de economia política. A “racialização da sociedade” que acompanha o movimento migratório de origem africana, traz de volta à actualidade a necessidade de repensar a questão étnica ao nível dos indivíduos, famílias e grupos étnicos, ou, como Barth (1969: 31) sugeriu, da gestão das várias formas do “eu”, das relações entre as pessoas e do nível emocional, cultural e espiritual que influencia estas relações. Este é o nível que afecta significativamente os cidadãos, porque a qualidade e a confiança nas relações sociais, tanto na esfera pública como privada, no trabalho e nos grupos de pertença, determina o sentido de contentamento, satisfação e realização em ambas as esferas. Para além disso, é a este nível que as identidades são construídas e “comunicadas” pelo contacto com os outros. Este nível influencia, por inerência, os níveis macro e meso.

Para melhor problematizar esta questão, torna-se necessário a referência de uma forma mais aprofundada à questão da etnicidade, uma vez que a identidade étnica tem grande relevância para compreender as relações humanas (em toda a sua complexidade e incluindo as relações económicas) em contextos migratórios e multiculturais, e identifica grupos que se acredita possuírem uma grande capacidade cultural de criação e manutenção de capital social.

O que é afinal um grupo étnico? E quão importante é esta definição para a sociedade, para as mobilidades transnacionais e as redes globais que estruturam as relações dos indivíduos?

O conceito de etnicidade desenvolveu-se a partir dos finais dos anos 60 (Barth, 1969). Este autor procedeu à definição das suas principais suposições, repousando em três premissas: 1) a etnicidade é uma forma de organização social; 2) é a fronteira étnica que define um grupo e não o seu conteúdo cultural; 3) a auto-definição é um requisito necessário, bem como a atribuição por parte de terceiros. Barth apresenta a etnicidade (identidade étnica) como uma forma de organização social e não cultural. No entanto, há claramente uma relação entre etnicidade e cultura, no sentido de haver uma necessidade no sentido de diferenciar a identidade étnica das outras identidades sociais. Na sua reformulação do conceito, Vermeulen e Govers (2004) explicam que, nas ciências sociais, existem várias opiniões em relação a esta questão-chave. Se por um lado, Abner Cohen (1974) apresenta a noção de um grupo étnico que se refere a um ou outro comportamento normativo como sendo o factor de diferenciação (deve recordar-se que este autor considerava que os correctores da bolsa da *City* de Londres eram um grupo étnico); outros, como Eriksen (1993: 35), tomavam como critério a crença numa cultura partilhada. Outros ainda (Wallerstein, 1991; Wolf, 1988), consideravam determinante a existência de uma ascendência e uma história comuns. No entanto, para Eugeen Roosens (1989), uma fronteira étnica, definindo um grupo e não o seu contexto cultural, é insuficiente enquanto factor de diferenciação. Este autor acredita que tais fronteiras podem criar identidades, mas não necessariamente identidades étnicas, e que, ao definir a última, tem que se ter em consideração a metáfora da família, na sua dimensão genealógica.

A etnicidade de Barth parece não fazer diferenciação entre identidade étnica e outras identidades. Apesar disso, Barth define etnicidade também como um elemento da cultura, quando refere que, com um nível de interacção baixo, as diferenças culturais tendem a ser marcadas e

as relações inter-étnicas mais estáveis. As pessoas aceitam as diferenças como inatas e não há ideologia étnica significativa, tão-pouco um movimento étnico (cf. Vermeulen e Govers, 2004: 13). Parece acontecer o inverso quando a interacção aumenta e as pessoas têm medo de perder a própria individualidade cultural, tornando-se cientes da sua própria consciência cultural, num processo que pode resultar em exigências de direitos culturais. Este parece ser um caso muito presente na elite cultural de origem cabo-verdiana na diáspora, sendo que o movimento de legitimação da língua crioula nos EUA constitui um exemplo disso mesmo.

Entre as críticas à noção de etnicidade de Barth, aquela de Eriksen aponta a sua universalidade e a-historicidade (Eriksen, 1993). Por sua vez, Patterson (1997: 35-66) acredita que apesar da etnicidade não ser universal, esta antecede o estado-nação e relaciona-se com um estado primitivo dominado pela hegemonia de parentesco. No caso da diáspora cabo-verdiana, pelo contrário, a importância das relações de familiaridade para o sucesso das actividades comerciais informais, parece ter o efeito de reforçar a identidade nacional.

Talvez seja necessário compreender a cultura não em termos de simples “partilha”, mas antes de “organização da diversidade”. Isto implica a necessidade de requestionar e repensar a própria noção de “sociedade”. Onde as culturas não são – e elas efectivamente não o são – homogêneas, como se pode esperar que as pessoas partilhem uma ideia dessa cultura ou uma imagem de si próprias e da comunidade étnica?

A nação ou o grupo étnico aparece, através de outros autores, como uma “garantia última” quando a sociedade falha. Nas palavras de Hobsbawm, “não tem de fazer nada para lhe pertencer, não pode ser rejeitado, nasce nele e está nele” (1996: 265). Uma âncora de defesa das minorias que os cabo-verdianos da diáspora traduzem numa forte auto-definição denominada “*caboverdianidade*”, e definida de várias formas nos depoimentos das pessoas que realçam sobretudo a diferença com os que não partilham esta condição. Desenhar fronteiras é sempre um processo que articula e define as diferenças entre grupos, que alguns autores consideram como o mais tangível impedimento para a liberdade dos indivíduos no mundo global (Geisen *et al.*, 2004: 9). Estes autores referem que, se por um lado, as fronteiras constituem uma protecção e um lugar de reivindicação dos direitos das minorias para os indivíduos, por outro, acabam por isolar e excluir os sujeitos do tecido social global.

A percepção de ser cabo-verdiano numa situação de diáspora e a aceitação de uma “pátria distante” revelam-se importantes para a construção e manutenção da identidade nacional e reinvenção da nação que, no caso específico, se torna um assunto vital para a economia de Cabo Verde, pelo peso estratégico das receitas dos emigrantes no orçamento do Estado.

A interacção entre identidade étnica e nacional articula-se também com a categoria social dos indivíduos, que é expressa pelos depoentes em termos de exclusão social ligada ao conflito racial. A identidade “cabo-verdiana” é também sentida de diferentes formas entre as gerações da diáspora. Se por um lado, todos os entrevistados referem a importância de se sentirem cabo-verdianos, ao mesmo tempo reclamam direito à cidadania em Portugal por se sentirem parte

integrante deste país. Entre os imigrantes de origem cabo-verdiana em Pawtucket, por exemplo, parece que esta “contaminação” de identidade se tornou uma fonte de grande preocupação para as elites cabo-verdianas relativamente às gerações mais novas. Jovens entrevistados, nascidos nos EUA e filhos de pais cabo-verdianos, designaram o sentido de ser cabo-verdiano como um valor nacional que surge como uma identidade construída e consumada ao nível político pelas elites nacionais na diáspora. Além disso, referem que é feito uso da questão racial para forjar a discussão sobre a nacionalidade e a cidadania. As entrevistas a jovens de origem cabo-verdiana confirmam que a tensão mais importante e a auto percepção identitária se centra em torno da temática racial. Tudo isso pese embora a comunidade na diáspora seja referida como um amparo quando as tensões que existem à volta do problema racial tornam a inserção social problemática.

3. As identidades plurais no questionário

O questionário foi aplicado, durante o ano de 2006, a um grupo de jovens na sua maioria de idade entre 21 e 25 anos, solteiros, sem filhos, maioritariamente estudantes e estudantes-trabalhadores, nacionais dos países de origem, que se encontram em Portugal por períodos de tempo que vão de 1 a 10 anos, sendo os jovens de origem cabo-verdiana, comparativamente aos de origem angolana, os que estão em Portugal há menos tempo. Dois terços dos inquiridos vivem com familiares, em agregados que vão de 3 a 5 pessoas, sendo os jovens de origem cabo-verdiana os que mais tendência revelaram a viver com colegas e amigos. A maioria dos jovens tem um nível de escolaridade elevado, registando-se mais de 40% de jovens com escolaridade superior e não existindo analfabetos na amostra. Os jovens de origem angolana apresentam tendencialmente níveis mais baixos de escolaridade quando comparados com os jovens de origem cabo-verdiana. Há também diferenças importantes quando se compara a escolaridade dos pais dos inquiridos de acordo com os países de origem: cerca de 25% das mães são analfabetas ou com baixos níveis de escolaridade, sendo os pais dos jovens originários de Cabo Verde os que apresentam graus mais baixos. Mais de metade dos jovens inquiridos são activos, que trabalham maioritariamente por conta de outrem, como pessoal de serviços e vendedores, a seguir como trabalhadores não qualificados. Cerca de 61% são estudantes, dos quais 31,5% estudantes-trabalhadores. A maioria de estudantes-trabalhadores é de origem angolana, enquanto que no grupo de jovens de origem cabo-verdiana é que se encontra a maioria de estudantes que não trabalham. As perguntas do questionário foram adaptadas às duas comunidades tendo em conta as características históricas e socioculturais das mesmas.

4. O crioulo como elemento agregador da nação

Muitos estudos indicam que, no caso dos imigrantes de origem cabo-verdiana, a questão da língua surge como particularmente importante como elemento agregador da nação cabo-verdiana no exterior. Em Cabo Verde, o processo de criouliização da língua teve início com a chegada dos portugueses ao arquipélago, no século xv. Não existindo línguas nativas do arquipélago, supostamente encontrado desabitado aquando da chegada dos portugueses, o crioulo cabo-verdiano terá

surgido a partir do português e das línguas dos africanos do continente que entraram em contacto com os colonizadores (Dias, 2002: 8). Se a questão do surgimento da língua crioula em Cabo Verde é uma questão controversa de um ponto de vista histórico, o que ressalta da realidade de vida no arquipélago é que o crioulo e o português coexistem na quotidianidade, embora não sem conflitos, sendo o português a língua oficial e o crioulo a língua nacional (Dias, 2002: 9). Debates recentes sobre a oficialização da língua crioula tornaram evidente como os discursos a favor e contra têm lógicas relacionadas com interesses de grupos específicos no interior da sociedade cabo-verdiana. A questão da língua em Cabo Verde é um lugar político que envolve relações de poder e jogos de interesses ligados aos caminhos de desenvolvimento do arquipélago. É uma questão ligada à ideia do Estado-Nação, no sentido dos esforços de construção do modelo nacional europeu dos séculos xviii e xix. Este modelo, na Europa contemporânea, tem vindo a ser substituído pela visão alargada necessária para a construção de uma Europa agregada de um ponto de vista político, na qual devem ser equacionadas dinâmicas nacionais e identitárias como a língua. A língua crioula surge como um elemento fundamental da identidade étnica dos cabo-verdianos na diáspora, servindo o propósito de obedecer à construção nacional de um país cuja viabilidade económica continua a depender maioritariamente das receitas dos emigrantes.

Os dados da tabela que se segue confirmam o uso da língua crioula como prática cultural partilhada pelos jovens inquiridos de origem cabo-verdiana, surgindo como uma especificidade quando comparada com o uso de línguas que não sejam a portuguesa, nos inquiridos de origem angolana.

As respostas indicam que a língua mais falada é o português (52,3%). Permanecendo as restantes línguas como mais residuais, com excepção do crioulo, que aparece em 21,3% dos casos. A questão da língua tem de facto uma importância peculiar na comunidade de origem cabo-verdiana. As diferenças, analisadas tendencialmente, levam a concluir que o português é a língua mais falada, na comunidade angolana (80,5%), enquanto que, na comunidade cabo-verdiana, se destaca o crioulo, quer isoladamente (42,0%), quer em conjunto com o português (19,5%).

QUADRO 8.1

Língua mais falada

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Português	161	80,5%	48	24,0%	209	52,3%
Angolano	1	0,5%	0	0,0%	1	0,3%
Português/Angolano	11	5,5%	0	0,0%	11	2,8%
Crioulo	1	0,5%	84	42,0%	85	21,3%
Português/Crioulo	0	0,0%	39	19,5%	39	9,8%
Ns/Nr	26	13,0%	29	14,5%	55	13,8%
Total	200	100,0%	200	100,0%	400	100,0%

5. Factores de identificação cultural

Os factores que, de acordo com a opinião dos inquiridos, definem culturalmente a comunidade de origem, são a música (65,5%) e a gastronomia (56,0%), com especial destaque para o primeiro. Para além disso, cerca de um terço refere a língua (34,5%) e a dança (31,8%). Estando, neste sentido, as actividades relacionadas com a arte (a música e a dança) em destaque, por oposição a especificidades relacionadas com a nacionalidade dos inquiridos (a língua, a cor de pele). Comparando estes resultados por comunidade de origem, conclui-se, tendencialmente, que a música é especialmente referida pelos inquiridos de origem cabo-verdiana (67,0%), bem como a língua (44,5%), que não assume especial relevância junto dos inquiridos de origem angolana (24,5%). Para além da música e da gastronomia, os jovens de origem angolana, destacam especialmente a dança (38,0%) e a história (29,0%), como factores de identificação cultural.

QUADRO 8.2

Factores que definem culturalmente a comunidade

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Gastronomia	116	58,0%	108	54,0%	224	56,0%
Música	128	64,0%	134	67,0%	262	65,5%
Literatura	20	10,0%	29	14,5%	49	12,3%
Cor da pele/etnia	28	14,0%	36	18,0%	64	16,0%
Tradição oral	18	9,0%	30	15,0%	48	12,0%
Vestuário	14	7,0%	16	8,0%	30	7,5%
Língua	49	24,5%	89	44,5%	138	34,5%
Nacionalidade	53	26,5%	53	26,5%	106	26,5%
Dança	76	38,0%	51	25,5%	127	31,8%
História	58	29,0%	38	19,0%	96	24,0%
Artes plásticas	8	4,0%	7	3,5%	15	3,8%
Tradições religiosas	12	6,0%	7	3,5%	19	4,8%
Outro	3	1,5%	3	1,5%	6	1,5%
Ns/Nr	39	19,5%	34	17,0%	73	18,3%
Total	200	311,0%	200	317,5%	400	314,3%

Em seguida, é pedido aos jovens que indiquem quais são, de entre os factores que definem culturalmente uma comunidade, aqueles que consideram mais importantes. A maior parte dos inquiridos não responde a esta questão (45,9%), talvez por considerar que, de entre os factores que referiu anteriormente, todos contribuem da mesma maneira para a definição cultural da comunidade, ou por pensar que já teria respondido. De entre os que respondem, conclui-se novamente que a música é o factor que é mais vezes referido (28,7%), seguido da gastronomia (19,9%) e da

língua (14,7%). Analisando estes resultados, tendo em conta a comunidade de origem, conclui-se, tendencialmente, que a taxa de não resposta é sobretudo elevada junto dos inquiridos de origem angolana (66,5%). As referências à música (39,8%) e à gastronomia (24,1%) destacam-se tendencialmente nos inquiridos de origem cabo-verdiana. Para além disso, confirma-se novamente a língua como aspecto referido maioritariamente pelos jovens da comunidade cabo-verdiana, corroborando a importância do crioulo na definição cultural desta comunidade na diáspora.

6. Imigrantes, africanos e europeus

A multiplicidade identitária que os indivíduos vivem pelo processo migratório, juntamente com a condição genérica de imigrante que partilham e que por si sublinha e acentua a auto identificação étnica e nacional dos indivíduos, foi questionada com perguntas abertas sobre o significado destas categorias. Quando solicitados a dar uma definição de imigrante, muitos dos inquiridos devolvem aos inquiridores a pergunta. Perante a não resposta da inquiridora, explicando que é necessário não influenciar as respostas dos inquiridos, a maioria concorda que a palavra/categoria imigrante não é adequada para descrevê-los, assim, como não o é, também para descrever aqueles que já nasceram em Portugal. Muitos acham que falar de imigrantes nestes casos não passa de um eufemismo para não usar classificações raciais em nome do "politicamente correcto". Um jovem de origem angolana, recusa considerar-se como tal porque "os imigrantes são as pessoas que saem do país devido à sua baixa condição sócio-económica e procuram melhorá-la". Este não é o seu caso, acrescenta, uma vez que saiu de Cabo Verde apenas para estudar e pretende voltar assim que termine os estudos. A importância das categorias sociais na análise das dinâmicas migratórias é aqui realçada junto com a necessidade de questionar a categoria. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que a maior parte dos discursos veiculados pelos inquiridos se situam à volta das questões dos direitos, da inclusão/exclusão, das limitações de cidadania que a condição de imigrante comporta, e da importância das redes de solidariedade, na ajuda para uma melhor integração no mundo laboral.

Alguns dos entrevistados exprimem preocupação perante as dificuldades de integração porque, como refere uma entrevistada: "a confiança não existe de sobra... as solidariedades funcionam também ao contrário..."

Analisando as respostas a esta pergunta, verifica-se que a maior parte não responde a esta questão (43,0%) no questionário. Contudo, de entre os que responderam, cerca de um terço referiu que um imigrante é uma pessoa que procura melhores condições de vida (29,0%). A maior parte dos jovens inquiridos não indica que tipos de melhores condições de vida são procurados. Contudo, os que especificaram referem condições económicas (5,5%), sociais (1,1%) ou educacionais (1,1%). Para além disso, cerca de um quarto dos jovens refere que o imigrante é uma pessoa que enfrenta mudanças nas condições de existência (21,3%). Os constrangimentos que se devem enfrentar na migração constituem outro factor indicado pelos inquiridos como definidor de imigrante (13,0%). São poucos os que especificam estes constrangimentos, podendo ser sociais (2,3%) ou económicos (1,0%). Para além disso, um imigrante é um estrangeiro (4,8%) porque ou

possui outra nacionalidade (0,5%), outra identidade (2,0%), outra cidadania (1,3%), ou pertence a outro território (1,0%).

Comparando os jovens de origem angolana com os jovens de origem cabo-verdiana, no que respeita à definição de imigrante, verifica-se que a principal diferença (descrita apenas tendencialmente) é que os jovens de origem cabo-verdiana descrevem, quase na mesma proporção, um imigrante como uma pessoa que enfrenta constrangimentos (10,5%), ou como uma pessoa que possui oportunidades e potencialidades (8,5%). Existindo um equilíbrio, entre os que realçam os aspectos positivos e os que realçam os aspectos negativos, da condição de imigrante. Porém, os jovens de origem angolana aludem sobretudo aos constrangimentos (15,5%). Os aspectos positivos e as potencialidades são indicados apenas por 6,5% dos inquiridos, dando, este grupo, uma ênfase maior às dificuldades da condição migrante.

QUADRO 8.3

Definição de imigrante

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Possui oportunidades/potencialidades	13	6,5	17	8,5	30	7,5%
É um ser humano (com deveres e direito civis)	10	5,0	5	2,5	15	3,8%
Procura melhores condições de vida (geral)	50	25,0	40	20,0	90	22,5%
Procura melhores condições económicas	10	5,0	12	6,0	22	5,5%
Procura melhores condições educacionais	4	2,0	-	-	4	1,0%
Procura melhores condições sociais	4	2,0	-	-	4	1,0%
Enfrenta um movimento territorial	16	8,0	9	4,5	25	6,3%
Enfrenta um movimento identitário	24	12,0	37	18,5	61	15,3%
Enfrenta constrangimentos sociais	6	3,0	3	1,5	9	2,3%
Enfrenta constrangimentos económicos	1	0,5	3	1,5	4	1,0%
Enfrenta outros constrangimentos	27	13,5	16	8,0	43	10,8%
Possui outra identidade	4	2,0	4	2,0	8	2,0%
Possui outra cidadania	3	1,5	2	1,0	5	1,3%
Possui outra nacionalidade	1	0,5	1	,5	2	0,5%
Pertence a outro território	2	1,0	2	1,0	4	1,0%
ns/nr	78	39,0	94	47,0	172	43,0%
Total	200	126,5	200	122,5	400	124,5%

Uma segunda questão aberta, na qual era pedido para fornecer uma definição, prende-se com a pergunta "o que é ser europeu?". A oportunidade de pedir uma definição a este propósito deveu-se ao facto de ter encontrado no trabalho de campo uma referência muito presente, nos discursos dos jovens, à importância de estar em Portugal, por este ser um país europeu. Con-

traariamente ao discurso muitas vezes utilizado em chave pós-colonial, sobre os laços que ligariam os imigrantes dos PALOP à antiga "madre pátria", a referência a Portugal como espaço comum cultural e histórico, não aparece muito frequentemente nos discursos dos indivíduos de origem angolana e cabo-verdiana que referem escolher Portugal como país de chegada por ser parte integrante da Europa. Única excepção, como já foi sublinhado, é a referência à questão da língua comum.

Perante a pergunta sobre o significado de ser europeu, mais de metade dos jovens inquiridos não responde (57,3%). Analisando e tendo em conta os que responderam, verifica-se que a maior parte se refere a aspectos relacionados com a cidadania (13,0%). Neste sentido, ser europeu é pertencer à Europa, é ser da Europa, ou é ser um cidadão europeu, indicando as vantagens e as oportunidades que um europeu possui (10,5%). Apenas em terceiro lugar são referidos os aspectos relacionados com a origem de um europeu, ou seja, ser europeu é possuir naturalidade europeia (7,8%).

Analisando os resultados tendo em conta a comunidade de origem, verifica-se que existe uma diferença. São sobretudo os jovens inquiridos de origem cabo-verdiana que salientam os aspectos relacionados com a cidadania, ou seja, para eles ser europeu é, fundamentalmente, ser um cidadão da Europa (16,0%). Já os jovens de origem angolana, destacam as vantagens e as oportunidades que ser europeu implica (13,0%).

QUADRO 8.4

Definição de europeu

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Possui naturalidade europeia	14	7,0%	17	8,5%	31	7,8%
É um cidadão europeu	20	10,0%	32	16,0%	52	13,0%
Possui nacionalidade europeia	3	1,5%	6	3,0%	9	2,3%
Possui vantagens/oportunidades	26	13,0%	16	8,0%	42	10,5%
Possui liberdade (de circulação/de expressão)	9	4,5%	8	4,0%	17	4,3%
Possui identidade europeia (valores/cultura próprios)	7	3,5%	12	6,0%	19	4,8%
Nada de relevante	6	3,0%	9	4,5%	15	3,8%
É um ser humano (com deveres e direitos civis)	7	3,5%	1	0,5%	8	2,0%
Com quem se possuem conflitos identitários e culturais	3	1,5%	3	1,5%	6	1,5%
É uma pessoa com virtudes	3	1,5%	2	1,0%	5	1,3%
Ns/Nr	118	59,0%	111	55,5%	229	57,3%
Total	200	108,0%	200	108,5%	400	108,3%

Deve-se, contudo, referir que a ideia geral, que emerge nas entrevistas a jovens de origem africana, aponta para uma ideia dum Europa estritamente ligada à questão dos direitos políticos de cidadania. Assim sendo, as categorias “ser um cidadão” e “possuir vantagens e oportunidades” poderão ser lidas de forma agregada.

Finalmente, no que respeita à identificação étnico-nacional, e tendo em conta as duas comunidades de origem, verifica-se que equilibradamente um terço dos inquiridos se considera angolano (31,0%) e um terço dos inquiridos se considera cabo-verdiano (33,8%). Poucos são os inquiridos que se consideram portugueses (12,3%), o que revela um forte apego aos valores e à cultura de origem. Ao analisar estes dados por comunidade de origem, conclui-se, como seria de esperar, que existem diferenças, no sentido que, como era expectável, os angolanos se identificarem sobretudo com o ser angolano (62,0%), enquanto que os inquiridos de origem cabo-verdiana consideram-se sobretudo cabo-verdianos (67,5%).

QUADRO 8.5

Auto-identificação étnico-nacional

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Possui naturalidade europeia	14	7,0%	17	8,5%	31	7,8%
É um cidadão europeu	20	10,0%	32	16,0%	52	13,0%
Possui nacionalidade europeia	3	1,5%	6	3,0%	9	2,3%
Possui vantagens/opportunidades	26	13,0%	16	8,0%	42	10,5%
Possui liberdade (de circulação/de expressão)	9	4,5%	8	4,0%	17	4,3%
Possui identidade europeia (valores/cultura próprios)	7	3,5%	12	6,0%	19	4,8%
Nada de relevante	6	3,0%	9	4,5%	15	3,8%
É um ser humano (com deveres e direitos civis)	7	3,5%	1	0,5%	8	2,0%
Com quem se possuem conflitos identitários e culturais	3	1,5%	3	1,5%	6	1,5%
É uma pessoa com virtudes	3	1,5%	2	1,0%	5	1,3%
Ns/Nr	118	59,0%	111	55,5%	229	57,3%
Total	200	108,0%	200	108,5%	400	108,3%

7. Lugar de maior identificação

Foi perguntado aos jovens a indicação do lugar com o qual mais se identificam, a escolher a partir de uma lista de hipóteses, que incluía lugares de dimensões diferentes (visíveis no quadro seguinte), que variavam entre espaços mais micros, como o bairro ou a cidade, até espaços mais macros como a Europa, África ou até mesmo o mundo. O elevado número de não respostas – cerca de dos inquiridos (25,3%) – talvez se explique com o facto da resposta permitir uma só opção, reforçando a hipótese da auto percepção individual da pluralidade identi-

tária dos migrantes. De entre os que respondem e tendo em conta as características dos inquiridos, verifica-se que a maioria das respostas se dividem entre Angola (15,5%) e Cabo Verde (22,5%), dando uma importância fundamental ao lugar de origem como lugar de pertença, sendo a referência a África muito residual (3,0%).

QUADRO 8.6

Lugar de identificação

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bairro	12	6,0%	15	7,5%	27	6,8%
Cidade	13	6,5%	10	5,0%	23	5,8%
Portugal	13	6,5%	12	6,0%	25	6,3%
Europa	8	4,0%	3	1,5%	11	2,8%
Angola	62	31,0%	0	0,0%	62	15,5%
África	9	4,5%	3	1,5%	12	3,0%
Mundo	33	16,5%	16	8,0%	49	12,3%
Cabo Verde	0	0,0%	90	45,0%	90	22,5%
Ns/Nr	50	25,0%	51	25,5%	101	25,3%
Total	200	100,0%	200	100,0%	400	100,0%

Analisando especificamente estes resultados segundo a comunidade de origem, conclui-se que existem diferenças estatisticamente significativas para além das já expectáveis diferenças relativas aos países de origem (os jovens de origem angolana identificam-se sobretudo com Angola, enquanto que os jovens de origem cabo-verdiana se identificam sobretudo com Cabo Verde). A referência ao mundo, como lugar de maior identificação é especialmente referida pelos jovens de origem angolana (16,5%), enquanto que os jovens de origem cabo-verdiana parecem identificar-se maioritariamente com o próprio país de origem confirmando a importância da auto-identificação nacional neste grupo.

8. Os jovens de origem cabo-verdiana e a Europa

As perguntas que deram origem aos quadros que se seguem têm o objectivo de tentar compreender se os jovens de origem cabo-verdiana no espaço comunitário se identificam ou não com a Europa, com o ser europeu. Num espaço comunitário, de complexos identitários múltiplos e plurais e onde existe hoje uma mobilidade incomparável, pretende-se, com base na sociedade real portuguesa, diagnosticar a emergência de uma consciência europeia entre jovens de origem cabo-verdiana em Portugal e compreender como as suas trajectórias de vida e de família, relações sociais, conhecimentos e valores morais possibilitam a emergência de uma consciência

européia nesta geração. O facto das perguntas serem feitas, de forma exclusiva, aos jovens de origem cabo-verdiana prende-se com a actualidade do debate político sobre a possibilidade de Cabo Verde vir a integrar a União europeia, discussão que estava em curso no período de aplicação do questionário. Foi assim perguntado aos jovens de origem cabo-verdiana se Cabo Verde deveria ou não integrar a União Europeia. Apesar de uma parte significativa não responder a esta questão (44,5%), verifica-se que, dos que responderam, mais de um terço concorda com esta situação (32,5%). E foram várias as razões apontadas para a entrada de Cabo Verde na União Europeia (n = 65). Entre elas, destaca-se especialmente a melhoria das condições de vida que isso traria para os cabo-verdianos na diáspora (16,9%), a par com a justificação relativa à semelhança cultural que aproxima Cabo Verde de Portugal e, logo, da Europa (15,4%). Para além disso, são apresentadas razões relacionadas com o desenvolvimento que a entrada na União Europeia possibilitaria a Cabo Verde (13,8%), bem como as oportunidades de melhorar os direitos de cidadania (13,8%).

QUADRO 8.7

Razões a favor da integração de Cabo Verde na União Europeia

	N.º	%
Porque seria benéfico para Cabo Verde	9	13,8%
Para melhorar as condições de vida dos cabo-verdianos na diáspora	11	16,9%
Devido à identidade cultural com Portugal e a Europa	10	15,4%
Porque permite um maior desenvolvimento de Cabo Verde	9	13,8%
Porque permite mais oportunidades e direitos de cidadania	9	13,8%
Devido à existência considerável de cabo-verdianos na Europa	3	4,6%
Porque seria benéfico para a Europa e para Cabo Verde (cooperação)	2	3,1%
Ns/Nr	14	21,5%
Total	65	103,1%

No que respeita aos 23,0% (n = 46) que referem que Cabo Verde não deveria integrar a União Europeia, a principal razão apontada refere-se especialmente à questão da pertença identitária. De facto, a maioria dos jovens inquiridos de origem cabo-verdiana justifica a não integração de Cabo Verde na União Europeia com base no continente de origem (África) a que Cabo Verde pertence (41,3%). Por outro lado, e no mesmo sentido, dos jovens inquiridos refere que Cabo Verde não pertence à Europa (26,1%). Apesar de tudo, 13,0% considera a integração de Cabo Verde na União Europeia como uma meta a alcançar, uma vez que, ainda não estão reunidas as condições para que tal aconteça.

QUADRO 8.8

Razões contra a integração de Cabo Verde na União Europeia

	N= 46	%
Porque é um país africano (cultura e identidade próprias)	19	41,3
Porque não pertence à Europa	12	26,1
Porque ainda não estão reunidas condições	6	13,0
Porque a mudança é uma ameaça em geral	3	6,5
ns/nr	6	13,0
Total	46	100,0
Não se aplica	354	
	Total	400

Conclusões

O grupo de jovens de origem africana que fazem parte deste estudo é composto de indivíduos que partilham múltiplas identidades e pertenças, mutáveis e provisórias, que emergem em função das circunstâncias e dos discursos. São pertenças geradas pelo processo migratório pelo qual os sujeitos são confrontados com dinâmicas culturais, sociais e simbólicas diferentes daquelas do seu lugar de origem. Assim, os jovens de origem africana, que responderam ao questionário, são sujeitos cujas identidades devem ser negociadas no âmbito da sociedade actual globalizada, a qual envolve uma interacção entre factores económicos e culturais e causa mudanças nas formas de produção e consumo, que, por sua vez, geram identidades “globalizadas”.

A forma que a identidade dos jovens inquiridos neste estudo parece escolher para despontar como diferença em relação às identidades propostas pelo contexto de chegada, alicerça-se no apelo histórico que surge como reivindicativo da origem nacional.

A questão da nação é reconhecida na importância atribuída à língua crioula, como factor agregador dos jovens na diáspora cabo-verdiana e, ao mesmo tempo, a identificação espacial com o mundo, elementos que caracterizam os jovens de origem cabo-verdiana, quando comparados com os de origem angolana. Para os jovens de origem cabo-verdiana, a migração é uma questão estrutural (Nascimento, 2007: 13) inscrita na história do arquipélago desde o século XVI. A comunidade na diáspora alicerça-se na percepção da nação cabo-verdiana num espaço geográfico global (o mundo), o que não acontece com a mesma intensidade no caso dos jovens de origem angolana, cuja imigração é mais dispersa, relacionada com a história recente deste país que viveu três décadas de guerra, sendo esta circunstância a maior responsável pelas saídas mais recentes do país de jovens, fugindo do recrutamento obrigatório.

Uma característica identitária comum que emerge nos dados do questionário é a importância que os jovens atribuem à circunstância de ser “europeu”, enquanto condição para alcançar condições económicas e privilégios políticos no país em que vivem. No caso dos jovens de origem cabo-verdiana, como vimos, mais de um terço deles admite a hipótese de a integração de Cabo Verde na União Europeia como um factor positivo em termos económicos e de desenvolvimento, os quais consideram mais importantes que as origens culturais.

Os países da União Europeia já não estão só ligados através de vínculos puramente económicos, mas antes e cada vez mais se encontram interligados através de relações institucionais e sociais que se estão a aprofundar e a expandir, seja com a entrada de novos países na UE, seja com o próprio alargamento das instituições europeias (Castells, 2000).

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, trouxe a constituição de uma Cidadania Europeia aliada à ideia do desenvolvimento de uma identidade europeia. Por trás destes desenvolvimentos, está a noção de que as bases culturais europeias promovem os valores da razão, cosmopolitismo, universalismo e do respeito pelos direitos humanos (Licata e Klein, 2002). A Cidadania Europeia compõe-se pois de uma série de direitos e obrigações, conferidos aos nacionais dos países membros, e que incluem entre outros a mobilidade e residência assim como protecção diplomática de qualquer país membro (Kofman, 1995; Licata e Klein, 2002). Mas a Cidadania Europeia está ainda fixada ao conceito de nacionalidade e por isso aqueles que não possuem uma origem europeia não beneficiam das suas regalias (Licata e Klein, 2002).

A questão da Cidadania Europeia levanta assim debates e preocupação, uma vez que o desenvolvimento de uma cidadania europeia não virá par a par com o desenvolvimento ao nível dos sentimentos de índole xenófoba, em relação aos imigrantes, no espaço europeu, como indicam as preocupações sintetizadas em estudos recentes que visam compreender as dinâmicas entre um sentimento de forte identificação europeia e uma intolerância relativamente à imigração (Licata e Klein, 2002; Kofman, 1995) difusa na maioria dos países da União.

A Europa está a tornar-se num continente cada vez mais multi-cultural e multi-étnico e, por isso, o desenvolvimento de uma identidade europeia deverá tomar como base a aceitação de uma Europa multi-étnica, multi-religiosa e multi-cultural. Apesar de não ser esse o seu intuito principal, estes estudos também visam compreender as consequências do desenvolvimento de uma identificação europeia nas percepções que os jovens europeus têm dos imigrantes no espaço comunitário.

Assim, se por um lado o desenvolvimento de uma cidadania e identidade europeia era visto como essencial para assegurar a paz e a estabilidade entre os estados europeus e aprofundar o sentimento de identificação e tolerância entre os seus cidadãos (Kofman, 1995; Castells, 2000), também se reconhece que conceitos como cidadania e identidade definem os limites entre os que são incluídos e os que são excluídos, ao atribuir certas regalias aos nacionais de países membros e negá-las aos seus residentes não europeus (Kofman, 1995; Licata e Klein, 2002).

A ideia que as fronteiras (geográficas, identitárias, culturais ou simbólicas) são manipuladas para excluir indivíduos ou grupos da plena participação na vida social não é uma ideia nova (Hobsbawn, 1996; Geisen *et al.*, 2004; Davidson, 2004; Weekley, 2004). Migrações e movimento de pessoas acompanham de forma complexa a construção da sociedade global contemporânea e marcam o caminho do seu desenvolvimento. Por outro lado, a identidade nacional e étnica surge como a base da organização dos imigrantes na maioria das análises e aparece normalmente ligada à questão da cidadania. Ao mesmo tempo, outras identidades produzem outro tipo de fronteiras que aludem às diferenças físicas e/ou culturais dos indivíduos, sendo percebidas como explicativas da maior parte dos conflitos sociais do mundo contemporâneo. A cor da pele, o género, a orientação sexual, a religião, são questões culturalmente distintas dos povos e das nações, susceptíveis de gerar auto-identificações exacerbadas e fronteiras entre os indivíduos que partilham o território da Europa contemporânea. Desta forma, reconhecer, de um ponto de vista político, o multiculturalismo tem a consequência de produzir a separação de certas categorias da esfera social, pelo que é necessário ter em conta os mecanismos da cidadania produtores da exclusão de grupos em relação a outros, e considerar as relações entre indivíduos no espaço europeu como relações totais influenciadas pelas identidades, cultura, práticas institucionais e sentimento de pertença (Turner, 1987: 4), inclusivas da noção de cidadania global e de direitos humanos universais.

Referências Bibliográficas

- BARTH, F. (1969), *Ethnic Group and Boundaries. The social organisation of culture difference*. Bergen, London Allen and Unwin.
- CARREIRA, A. (1972), *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Lisboa, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CASTELLS, Manuel (2000), *The rise of network society*, Oxford, Blackwell.
- CASTELLS, Manuel (2003), “O poder da Identidade”, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- COHEN, Abner (1974), *Urban Ethnicity*, London, Tasistock.
- DAVIDSON, A. (2004), “International norms and refugees: the concentration camp world of the Australian state”, in *Migration, Mobility, and Borders: issues of theory and Policy*, Thomas Geisen, Anthony Andrew Hickey, Allen Karcher (eds.), Londres, Iko.
- DE FRANÇA, Luís (coord.) (1992), *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*. Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Lisboa
- DIAS BRAZ, J. (2002) “Língua e poder: transcrevendo a questão nacional”, *Mana*, vol. 8, n.º 1 Brasil, pp. 7-27.
- ERIKSEN, T. H. (1993), *Ethnicity and anthropological perspectives*, Londres, Pluto Press.
- GARDNER, K. (1995), *Global Migrants, Local Lives. Travel and Transformation in Rural Bangladesh*. Oxford, Claredon Press.
- GEISEN, T.; HICKEY, A. A. e KARCHER, A. (2004), *Migration, Mobility and Borders. Issues of Theory and Policy*, Londres, IKO.
- GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GRASSI, Marzia (2006), “Formas migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen”, *Etnográfica*, vol. 10 (2).

- GRASSI, Marzia (2007a), "Cabo Verde pelo mundo: o gênero na diáspora cabo-verdiana", in M. GRASSI e I. ÉVORA (orgs.), *Gênero e migrações cabo-verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GRASSI, Marzia e MELO, D. (2007), "Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração", Working Papers ICS-UL online – www.ics.ul.pt
- GRASSI, Marzia (2007b), "Práticas, Formas e solidariedades da integração de jovens de origem angolana no mercado de trabalho em Portugal" in *Economia Global e Gestão*. Lisboa, Business School, Indeg.
- HOBBSBAWM, E. J. (1996), "Ethnicity and nationalism in Europe today", *Balakrishnan, Gopal (ed): Mapping the Nation*, Londres, Verso, pp. 255-266.
- JAMIESON, L. (2005), *Orientations of young men and women to citizenship and European identity*. Final Report. <http://www.sociology.ed.ac.uk/youth/>, Janeiro 2006.
- KING, R. e RUIZ-GELICES, E. (2003), International Student Migration and the European 'Year Abroad': Effects on European Identity and Subsequent Migration Behaviour. *International Journal Population Geography* n.º 9, pp. 229-252.
- KOFMAN, E. (1995), "Citizenship for some but not for others: spaces of citizenship in contemporary Europe" *Political Geography*, Vol. 14, n.º 2, pp. 121-137.
- LICATA, L. e KLEIN, O. (2002), "Does european citizenship breed xenophobia? European identification as a predictor of intolerance towards immigrants" in *Journal of community and applied social psychology*, vol. 12, pp. 323-337.
- MACHADO PAIS, José (1999), "Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu", *Colecção Estudos Sobre Juventude*, n.º 2, Oeiras, Celta/SEJ.
- NASCIMENTO, A. (2007), *O fim do caminhu longi*, Cabo Verde, Ilhéu Editora.
- PATTERSON (1997), "The ordeal of integration: Progress and resentment in America's 'Racial' crisis", Washington, D.C., Civitas Counterpoint.
- ROOSENS, E. E. (1989), *Creating Ethnicity. The process of ethnogenesis*. Newbury, Sage publications.
- ROUGÉ, J. (1986), "Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné Bissau e da Casamança Soronda", *Revista de Estudos guineenses*, n.º 2, pp. 28-49.
- TURNER, J. C. (1987), *Rediscovering the social group: a self categorisation theory*. Oxford, Basil-Blackwell.
- VALA, Jorge (coord.); FERREIRA, V. S.; LIMA, N. E. e LOPES, D. (2003), "Simetrias e identidades: Jovens Negros em Portugal", *Colecção Estudos Sobre a Juventude*, n.º 8, Oeiras, Celta/IPJ.
- VERMEULEN, H. e GOVERS, C. (2004), *Antropologia da Etnicidade*, Lisboa, Fim de Século.
- WALLERSTEIN, I. (1991), "The ideological tensions of capitalism. Universalism versus racism and sexism" in WALLERSTEIN, I. e BALIBAR, E. (eds.), *Race, nation and class. Ambiguous identities*, Londres, Verso, pp. 29-36.
- WEEKLEY, K. (2004), "US-Philippines 'Special Relations' Revived? National Borders and the War Against Terror", in GEISEN, Thomas; HICKEY, Anthony Andrew e KARCHER, Allen (eds.), *Migration, Mobility, and Borders: issues of theory and Policy*, Londres, Iko.
- WOLF, E. R. (1988), "Ethnicity and nationhood" in *Journal of Ethnic Studies*, n.º 21, pp. 27-32.